

Polêmicos tempos modernos: dificuldades de um marco histórico para a modernidade

Priscila Maddalozzo Pivatto*

1. Introdução

As alusões feitas ao termo modernidade ensejam uma pluralidade de compreensões acerca do significado da expressão. Conforme as referências e perspectivas assumidas pelos interlocutores, o conceito de moderno pode abarcar diferentes noções temporais e paradigmáticas. Pode estar se referindo ao renascimento cultural, ao desenvolvimento da economia capitalista, à formação dos Estados Nacionais, aos movimentos revolucionários, às teorias humanistas e racionalistas, enfim, a uma série de acontecimentos distanciados por alguns séculos. Desta forma, não há que se falar em um marco definitivo que estabelece o início e o fim da modernidade, o que se tem é uma ampla gama de recortes de tempo e espaço que, consoante os elementos interpretativos privilegiados, apontam para delimitações diversas.

Assim, uma periodização histórica é sempre provisória, incompleta e arbitrária, já que mantém um vínculo estreito com as escolhas referenciais de cada estudioso. De acordo com a ênfase dada à análise de aspectos como cultura, economia, religião e política, têm-se marcos sazonais diferenciados. As possibilidades para pensar o curso da história são múltiplas, tendo em vista que as divisões são somente representações e formas de interpretação do sujeito que busca conhecer o processo histórico.

* Priscila Maddalozzo Pivatto é mestranda em Teoria do Estado e Direito Constitucional pela PUC-Rio, email: priscilapivatto@hotmail.com

Inobstante ao fato de que as classificações temporais são limitadas, é importante refletir sobre questões concernentes a rupturas e continuidades históricas. As transformações paradigmáticas, ou seja, aquelas que se referem ao conjunto de concepções fundamentais acerca do ser (ontologia), do conhecer (epistemologia) e do homem (antropologia), a partir das quais se compreende o mundo, ocorrem na perspectiva da longa duração e envolvem alterações estruturais. Justamente por se desenvolverem de forma difusa e esparsa num largo espaço de tempo, o caráter histórico e contingente dessas mudanças muitas vezes se perde e as pessoas não vêem nascer o paradigma. Nesse sentido, os exercícios de historicização são essenciais para minimizar as dificuldades dos contemporâneos na percepção dos cortes paradigmáticos. Tal como uma colcha de retalhos, os diferentes enfoques dos estudos dedicados aos marcos da modernidade permitem a construção de um quadro mais amplo do processo histórico, o que contribui para afastar tanto uma naturalização do pensamento quanto uma perspectiva unilateral das formas de vida.

Deste modo, o presente ensaio tem como objetivo propor uma reflexão sobre as dificuldades e algumas possibilidades de estabelecer marcos históricos para a modernidade. A partir dos olhares de Karl Marx¹, Hannah Arendt², Marshall Berman³ e Sérgio Paulo Rouanet⁴ sobre a era moderna, procurar-se-á perceber a pluralidade de perspectivas teóricas adotadas e as diferentes compreensões acerca do curso da história.

2. Algumas perspectivas acerca dos marcos históricos da modernidade

2.1 Karl Marx e o materialismo histórico

Karl Marx, a partir de uma perspectiva materialista da história, situa os marcos iniciais da modernidade no renascimento do comércio e das cidades ocorrido na Europa durante os séculos XIV e XV. Este recorte temporal adotado pelo autor está vinculado à primazia dos aspectos econômicos com elementos interpretativos da história. Ao tomar como

¹ MARX, Karl. *O capital*. São Paulo: Difel, 1982. Livro I, v. II.

² ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

³ BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. 9. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

⁴ ROUANET, Sérgio Paulo. *As razões do iluminismo*. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

referência processos como o de expropriação dos camponeses, da intensificação da circulação de moedas e mercadorias, do fenômeno da acumulação primitiva, enfim, “todas as transformações que servem de alavanca à classe capitalista em formação”⁵, Marx apresenta uma periodização possível para o início de uma sociedade moderna, no seu entender, primordialmente capitalista.

De acordo com a concepção marxista da teoria da história o elemento fundamental para se definir os estágios da humanidade é o modo de produção adotado em diferentes momentos e a sociedade de classes por ele determinada. Assim, as formas de organização do homem podem ser encadeadas numa seqüência lógica e progressiva marcada pela luta de classes. Tal como uma linha do tempo, tem-se primeiramente o modo de produção escravista, seguido pelo modo de produção feudal e, característico da sociedade moderna, o modo de produção capitalista.

Para pensar a origem da modernidade Marx propõe uma reflexão acerca da acumulação primitiva que antecede a acumulação capitalista. Trata-se de “uma acumulação que não decorre do modo capitalista de produção, mas é seu ponto de partida.”⁶ A chamada acumulação primitiva está relacionada ao fenômeno de dissociação entre os trabalhadores e os meios de produção. A riqueza acumulada pela elite deixou a maioria da população com uma restrita opção de vida: vender sua força de trabalho. Esta transformação do meio social de subsistência em capital determinou a oposição entre uma classe possuidora dos meios de produção e uma classe de trabalhadores despossuídos, que marcaria a Idade Moderna.

O processo de acumulação primitiva só foi possível, segundo Marx, em razão do fim da servidão e da coerção corporativa do sistema feudal. Uma vez rompidos os vínculos com os meios de produção e outras garantias do campesinato os recém emancipados ficaram à mercê da expropriação. Ainda que a situação dos trabalhadores camponeses fosse extremamente precária, os indivíduos mantinham relação com a terra e demais formas de gerar riqueza. Ao contrário, os trabalhadores livres eram completamente independentes dos meios de produção e a eles não restava “outra coisa para vender além da própria pele.”⁷ O progresso se deu no

⁵ MARX. Op. cit., p. 831.

⁶ *Idem*, p. 828.

⁷ *Idem*, p. 829.

sentido da transformação da exploração feudal na exploração capitalista, a humanidade caminhou da Idade Medieval para a Idade Moderna.

Além da massa de indivíduos sem direitos lançados no mercado de trabalho em razão do fim do sistema de vassalagem, outros fatores são destacados por Marx como fomentadores do processo de expropriação:

O roubo dos bens da Igreja, a alienação fraudulenta dos domínios do estado, a ladroeira das terras comuns e a transformação da propriedade feudal e do clã em propriedade privada moderna, levada a cabo como terrorismo implacável, figuram entre os métodos idílicos da acumulação primitiva. Conquistaram o campo para a agricultura capitalista, incorporaram as terras ao capital e proporcionaram à indústria das cidades a oferta necessária de proletários sem direitos.⁸

A reforma protestante foi relevante para o processo de expropriação dos trabalhadores na medida em que a Igreja era uma das grandes proprietárias de terra durante o período do feudalismo e abrigava uma boa parte da população em seus conventos. Os saques e o confisco de bens praticados durante a reforma fizeram com que a maioria daqueles que viviam sob o comando da Igreja fossem deslocados para as cidades e, conseqüentemente, passaram a engrossar o proletariado. Além disso, “a propriedade da Igreja constituía o baluarte religioso das antigas relações de propriedade. Ao cair aquela, estas não poderiam mais se manter.”⁹

Ao focalizar o processo de acumulação primitiva e de expropriação dos camponeses, Marx recorre a fenômenos essencialmente econômicos para compreender o curso da história. A localização do início da Idade Moderna nos séculos XIV e XV é justificada por meio do fundamento teórico do materialismo histórico. Tendo em vista uma perspectiva macrossociologia, Marx reduz as causas das transformações estruturais das sociedades humanas à oposição dialética, marcada por antagonismos e contradições, das classes sociais. Assim, a formação da sociedade moderna é determinada pela construção do modo de produção capitalista, impulsionado pela acumulação primitiva, e é marcada pela luta entre as classes da burguesia e do proletariado.

⁸ *Idem*, p. 850.

⁹ *Idem*, p. 838.

2.2 Hannah Arendt e o fenômeno da alienação humana

Hannah Arendt, trabalhando no campo da filosofia, discute a construção do paradigma moderno com o objetivo de compreender as origens dos regimes totalitários. Judia, Arendt foi perseguida durante o governo nazista, tendo escrito grande parte de suas obras no exílio. A experiência da guerra alimentou o tema central desenvolvido pela autora: o totalitarismo como fenômeno responsável pelo aniquilamento do processo reflexivo e pela dissipação da esfera pública. A incursão de Hannah Arendt no estudo da modernidade está relacionada à sua preocupação em apontar as construções de mecanismos teórico-metodológicos que fundamentaram os sistemas autoritários. A gênese do novo paradigma e das novas formas de conhecimento remonta ao século XVI, período em que a autora situa o início da Idade Moderna.

Deste modo, Arendt estabelece como pontos de referência históricos três acontecimentos que marcaram a alienação humana e o início do período moderno: a expansão marítima, a reforma protestante e a invenção do telescópio. Destes, o mais espetacular deve ter sido a descoberta dos continentes, o mais inquietante a reforma e o menos percebido a criação do instrumento científico. Porém, o telescópio, que primeiramente teve o menor impacto na sociedade, adquiriu forças cada vez maiores na forma dos homens de apreender o real.¹⁰

Segundo Arendt, o fenômeno da alienação ocorrido em razão da descoberta da América diz respeito ao apequenamento do mundo. A partir do momento em que os navegadores se lançaram ao mar em busca de novas terras e elaboraram mapas e cartas de navegação, as distâncias foram sucumbindo frente ao conhecimento e à velocidade. A medição do espaço terrestre reduziu a imensidão do mundo a um pequeno globo. Assim, a autora compreende que a supressão da noção da distância implicou no encolhimento da capacidade de observação da mente humana, na medida em que afastou o homem da Terra e o alienou do seu ambiente imediato. Este aspecto é fundamental para a alienação humana, já que é próprio do homem preocupar-se somente com aquilo que está próximo de si.¹¹

¹⁰ ARENDT. Op. cit., pp. 261-262.

¹¹ *Idem*, pp. 262-263.

A reforma protestante constitui um segundo acontecimento que Arendt destaca no processo de alienação do homem. Além da inquietude espiritual trazida pelas transformações na esfera da religião, a reforma implicou também na acentuação do processo de expropriação da classe camponesa, na medida em que foi responsável por vultuosos saques de bens da Igreja, tal como já havia asseverado Marx.

A nova classe trabalhadora, que vivia para trabalhar e comer, estava não só diretamente sob o aguilhão das necessidades da vida, mas, ao mesmo tempo, alheia a qualquer cuidado ou preocupação que não decorresse imediatamente do próprio processo vital.”¹²

Desta maneira, a expropriação dos camponeses e o surgimento de uma classe social desvinculada dos meios de produção e dedicada apenas ao trabalho braçal determinou a alienação em relação aos problemas do mundo de uma grande camada da população.

Por fim, Arendt assinala a descoberta do ponto de vista arquimediano como fenômeno de alienação primordial do início da modernidade. A invenção do telescópio derrubou as teorias científicas anteriores a Galileu e colocou a capacidade de percepção sensorial do homem sob dúvida permanente.

O sentimento de suspeita, de afronta e desespero, que foi a primeira e, espiritualmente, ainda a mais duradoura consequência da descoberta de que o ponto de vista arquimediano não era mero sonho ou vã especulação, é a mesma fúria impotente do homem que, tendo visto com os próprios olhos que aqueles pontos foram lançados arbitrariamente e aleatoriamente no papel, vê demonstrar e é forçado a admitir que todos os seus sentidos e capacidade de julgamento o traíram.¹³

Portanto, frente às incertezas da compreensão humana, o uso do telescópio, tal como proposto por Galileu, possibilitou o desenvolvimento de uma ciência demonstrativa. A invenção do instrumento permitiu a cognição humana a capacidade de alcançar uma certeza do verdadeiro

¹² *Idem*, p. 267.

¹³ *Idem*, p. 280.

que revolucionou os modos de pensar e as formas de conhecer. A partir da condição do homem de demonstrar a verdade, procedimentos de reflexão e argumentação tornaram-se obsoletos. A humanidade esvaziou os campos crítico-reflexivos em favor de uma forma de conhecimento absoluta e unilateral, processo que Arendt denomina como uma forma de alienação.¹⁴

O conhecimento passou a ser entendido na Idade Moderna como a apropriação do intelecto daquilo que essencialmente é. Assim, seria preciso neutralizar a subjetividade das percepções do homem para que a razão fosse capaz de captar o real de forma completa e certa. A compreensão epistemológica moderna está fundamentada num modelo teórico unilateral e simplista, já que considera a racionalidade a única forma eficaz de conhecer. A cognição humana pela percepção instrumental, trazida à tona pelo uso do telescópio, é ao mesmo tempo triunfo e desespero da humanidade.¹⁵ Isto porque da mesma forma que aumenta as possibilidades de conhecimento, mantém presente a dúvida com relação à verdade, pois o homem, ainda que inconscientemente, não se sente satisfeito pela incompletude das respostas do paradigma moderno.

Conforme o modelo teórico racionalista, a verdadeira ciência é a que representa verdadeiramente a essência do ser, permitindo o conhecimento da totalidade das questões do universo. A descoberta do ponto arquimediano possibilitou ao homem, preso à Terra por sua condição humana, atuar na natureza como se fora dela estivesse. Os eventos naturais passaram a ser compreendidos por meio de leis universalmente válidas, cuja validade refere-se a algo que está para além da ação e percepção do homem.¹⁶ O problema da localização de um ponto de vista cósmico situado fora da natureza e da idéia de que o homem e os eventos naturais são elementos apartados é o processo de dominação que está no seu bojo. Quando o homem se coloca como dominador da natureza e não a percebe como um todo vivo e autopoietico, as conseqüências para a ecologia são terríveis.¹⁷

¹⁴ *Idem*, p. 283.

¹⁵ *Idem*, p. 274.

¹⁶ *Idem*, p. 275.

¹⁷ *Idem*, p. 281.

Enfim, a discussão arendtiana acerca dos marcos da modernidade é baseada nos processos de alienação humana, que remontam a três episódios da história: as grandes navegações, a reforma protestante e a invenção do telescópio. Deste modo, tomando como referência acontecimentos que viriam a ser fundamentais para o desenvolvimento do paradigma moderno e mais adiante para a instauração dos regimes totalitários, a filósofa Hannah Arendt localiza o início da modernidade no século XVI.

2.3 Marshall Berman e a aventura da modernidade

Marshall Berman em seu livro “Tudo que é sólido desmancha no ar” discute a modernidade a partir de uma perspectiva literária cultural. Analisando autores como Goethe, Marx, Baudelaire e Dostoievski, Berman procura abordar a Idade Moderna como um momento histórico que se mantém em desenvolvimento constante, construindo-se e reconstruindo-se conforme os variados contextos. Assim, utilizando a expressão do autor, a “aventura da modernidade” percorre o largo espaço de cinco séculos.

De acordo com Berman o período moderno pode ser dividido em três etapas distintas, conforme as mentalidades e tradições próprias de cada momento da sociedade. Seguindo esta direção, a primeira fase da Idade Moderna corresponderia aos séculos XVI a XVIII. Este tempo foi marcado por uma série de grandes inovações e transformações como a expansão marítima, a reforma protestante, as teorias de Galileu e a constituição dos estados nacionais. Entretanto, estas novidades atropelaram o homem, de modo que os indivíduos não puderam compreender completamente a complexidade daquilo que os atingia. “Elas [as pessoas] têm pouco ou nenhum senso de um público ou comunidade moderna, dentro da qual seus julgamentos e esperanças pudessem ser compartilhados.”¹⁸

A segunda etapa da modernidade tem como marco inicial o ícone da queda da Bastilha no final do século XVIII. Berman percebe estes anos como um momento em que os indivíduos tomaram consciência de sua condição de atores históricos e investiram nos movimentos sociais.

¹⁸ BERMAN. Op. cit., p. 16.

¹⁹ *Idem*, p. 16.

A efervescência da participação popular foi concretizada nas revoluções profundas que abarcaram todos os níveis de vida e os indivíduos passaram a compartilhar uma concepção de povo e um sentimento de pertencimento à sociedade moderna. Simultaneamente às novas formas de vida introduzidas pela era revolucionária, os indivíduos do século XIX ainda se lembram de como era viver num mundo em que a modernidade ainda estava incompleta. Essa dicotomia, a sensação de viver em dois mundos ao mesmo tempo é a marca da segunda etapa da modernidade.¹⁹

A partir do século XIX, mas principalmente no século XX a modernidade transforma-se num processo que se expande e se pulveriza pelo mundo ocidental. Os homens passam a viver em meio às contradições do mundo moderno, se por um lado há incríveis avanços no campo das artes e do pensamento, por outro, “à medida que se expande, o público moderno se multiplica em uma multidão de fragmentos, que falam linguagens incomensuravelmente confidenciais”.²⁰ Cercados de contradições, os homens têm que se posicionar frente a elas, mas este é um movimento doloroso, que os faz cair em desespero. É esse o sentimento na Primavera de Praga, nas barricadas de Paris, no maio de 68. Assim,

(...) a idéia de modernidade, concebida em inúmeros e fragmentários caminhos, perde muito de sua nitidez, ressonância e profundidade e perde sua capacidade de organizar e dar sentido à vida das pessoas. Em consequência disso, encontramos hoje em meio a uma era moderna que perdeu contato com as raízes de sua própria modernidade.²¹

Todavia, Marshall Berman está longe ser um pessimista. Mantendo a perspectiva da arte e da cultura como elementos essenciais para o caminhar histórico da sociedade, a proposta de “Tudo que é sólido desmancha no ar” é justamente reabilitar a modernidade dos tempos atuais através de um retorno aos modernismos do passado.²² Para tal tarefa seria fundamental que fosse restabelecida a conexão entre vida e

²⁰ *Idem*, p. 17.

²¹ *Idem*, p. 17.

²² *Idem*, p. 35.

cultura, entre os indivíduos produtores e as obras produzidas, tendo em vista que, segundo Berman, “Nosso século fomentou uma espetacular arte moderna; porém, nós, parece que esquecemos como aprender a vida moderna de que essa arte brota.”²³

2.4 Sérgio Paulo Rouanet e a neomodernidade

Sérgio Paulo Rouanet, tomando como base o reconhecimento da racionalidade humana, estabelece como ponto inicial da modernidade o movimento da Ilustração ocorrido durante o século XVIII. Privilegiando o processo de emancipação do homem, que mediante o esclarecimento torna-se senhor do seu destino e de sua história, o autor percebe o século das luzes como o momento de ruptura paradigmática que dá origem à era moderna.

Ela [a Ilustração] acenou ao homem com a possibilidade de construir racionalmente o seu destino, livre da tirania e da superstição. Propôs ideais de paz e tolerância que até hoje não se realizaram. Mostrou o caminho para que nos libertássemos do reino da necessidade, através do desenvolvimento das forças produtivas. Seu ideal de ciência era o de um saber posto a serviço do homem, e não o de um saber cego, seguindo uma lógica desvinculada de fins humanos. Sua moral era livre e visava uma liberdade concreta, valorizando como nenhum outro período a vida das paixões e pregando uma ordem em que o cidadão não fosse oprimido pelo Estado, o fiel não fosse oprimido pela religião, e a mulher não fosse oprimida pelo homem.²⁴

Diante destas transformações estruturais da sociedade Rouanet percebe o início da Idade Moderna. Entretanto, ao se tratar do marco final da fase histórica, o autor acompanha Marshall Berman no entendimento de que a modernidade é um processo contínuo e inconcluso. Crítico das tendências teóricas que afirmam a morte da modernidade e a existência de um período atual pós-moderno, Rouanet defende uma perspectiva neomoderna, baseada na revisão crítica do conceito de razão, do projeto moderno e do legado iluminista.²⁵ Assim, o conceito de

²³ *Idem*, p. 23.

²⁴ ROUANET. *Op. cit.*, p. 27.

²⁵ *Idem*, p. 11.

Ilustração não é coincidente com o de Iluminismo, enquanto aquele é o movimento do século XVIII que dá origem à modernidade, este pode ser designado como “uma tendência intelectual, não limitada a qualquer época específica, que combate o mito e o poder a partir da razão.”²⁶

Os pós-modernos, conforme afirma Rouanet, justificam o fim da modernidade por meio de aspectos econômicos, políticos e culturais. Deste modo, o período moderno teria se esgotado na medida em que a economia baseada na indústria foi substituída por uma sociedade informatizada pós-industrial; no que tange à política, o sistema moderno caracterizado pelo macropoder estatal e por um regime representativo de partidos cedeu lugar a movimentos micrológicos e a uma rede de poderes espalhados por toda a sociedade; por fim, a modernidade cultural está morta tanto no que concerne à ciência, que não mais produz grandes narrativas, quanto no que se refere à arte, que não demonstra uma preocupação excessiva em chocar e à filosofia que não baseia mais suas análises em sínteses especulativas.²⁷

Rouanet garante que não possui dúvidas com relação a estas mudanças que ocorreram na sociedade, no entanto, ao contrário dos pós-modernistas, ele não interpreta os fenômenos como uma forma de superação do período histórico moderno. O autor não percebe nas transformações da contemporaneidade uma ruptura tão revolucionária a ponto de implicar num corte no curso da história. A justificativa de Rouanet para tal posicionamento refere-se à compreensão de que todas as tendências ditas pós-modernas de um modo ou outro já se faziam presentes, ainda que de forma embrionária, na própria modernidade.²⁸

Assim, no que diz respeito à economia, a idéia de Rouanet é que o capitalismo já nasceu pós-industrial, pois tinha no seu cerne a intenção das transformações do capital e da automatização da mão-de-obra, as mudanças contemporâneas, longe de representarem uma ruptura com a modernidade, são as confirmações de seus princípios. No aspecto político, o autor não enxerga qualquer inovação na inserção de novos atores sociais, já que esta era uma tendência básica do liberalismo moderno. Culturalmente, as ciências não abandonaram por completo a tendência das

²⁶ *Idem*, p. 28.

²⁷ *Idem*, p. 20-21.

²⁸ *Idem*, p. 21-22.

grandes narrativas, pois, embora num formato diferente, a aceitabilidade das teorias de hoje continuam sujeitas às mesmas regras modernas. No que tange à filosofia, as críticas ao período moderno não caracterizam um novo momento histórico, pela razão de que a própria modernidade surgiu num momento de crise e manteve intrinsecamente críticas constantes. Quanto às artes, finalmente, a tendência historicista de citação relacionada aos pós-modernos já se fazia presente de forma contundente na modernidade.²⁹

Inobstante às objeções de Rouanet às justificativas pós-modernas, o autor reconhece que se não há ruptura de fato com a era moderna, há ao menos uma vontade de ruptura. O período contemporâneo vive um momento de negação da modernidade, marcado pela necessidade de desligamento dos postulados racionalistas construídos pelo mundo moderno. O desejo de ruptura com uma modernidade considerada falida e desumana conduz à falsa impressão de que a modernidade terminou. Segundo o autor, essa tendência tem razão em criticar as concepções modernas, entretanto falha na tarefa de reconhecimento de que o paradigma moderno trouxe também autonomia para o homem, liberando-o da opressão religiosa e estatal, mesmo que de alguma forma ainda permita impulsos de reificação.³⁰

Ao sugerir uma revisão da modernidade e da razão, Rouanet, afirma que a única maneira eficaz de combate à modernidade repressiva é aquela que utiliza os instrumentos de emancipação que foram oferecidos pela própria modernidade:

uma razão autônoma capaz de desmascarar as pseudolegitimações do mundo sistêmico, uma ação moral autodeterminada, que não depende de autoridades externas e uma ação política consciente, baseada em estruturas democráticas que pressupõe uma razão crítica e uma vontade livre. Deixar de ver essa dialética da modernidade, reduzindo-a, em bloco a sua vertente perversa é privar-se dos meios de resistir à perversão. Demitir-se da modernidade é a melhor forma de deixar intacta a modernidade repressiva.³¹

²⁹ *Idem*, p. 22-23.

³⁰ *Idem*, p. 25.

³¹ *Idem*, p. 25-26.

Portanto, Rouanet defende uma nova perspectiva da era moderna, à qual ele denomina neomodernidade. Afastando-se da compreensão de ruptura e rejeição dos pós-modernos, a proposta é que a modernidade seja apropriada como um aparato de forças transformadoras da realidade, capaz de construir um homem plenamente autônomo. Desta forma, “a consciência neomoderna reconhece a natureza ambivalente da modernidade, toma partido de seu vetor emancipatório e busca construir uma modernidade mais livre.”³²

3. Considerações finais

A partir da análise realizada acerca das percepções de Marx, Arendt, Berman e Rouanet a respeito da modernidade, percebe-se que não há uma uniformidade nas propostas de periodização da Idade Moderna. Ao contrário, há justamente uma multiplicidade de concepções que variam conforme as tendências teóricas de cada autor. Deste modo, a prioridade econômica marxista define os séculos XIV e XV como período em que se iniciou a modernidade, a referência filosófica da alienação humana defendida por Arendt estabelece como marco moderno o século XVI, segundo uma perspectiva cultural, Berman determinou não um, mas três marcos de uma modernidade que percorre cinco séculos e, finalmente, baseado no reconhecimento da racionalidade humana, Rouanet observa no movimento da Ilustração do século XVIII o início da modernidade.

As diferentes conclusões atingidas pelos autores explicitam a impossibilidade de firmar um marco único e verdadeiro para a modernidade. Assim, longe de ser uma tarefa que vise uma periodização exata do curso da história, as propostas teóricas procuram destacar alguns fenômenos que se mostraram essenciais para transformações da sociedade humana. Dentre as perspectivas dos autores não há o que se possa chamar de resposta correta ou errada, o que se tem é um mosaico de abordagens parciais que, analisadas em conjunto, permitem uma compreensão mais abrangente e aprofundada do processo histórico.

Nos dias de hoje percebe-se um acirramento das incertezas com relação aos rumos paradigmáticos da sociedade humana. Os homens

³² *Idem*, p. 26.

vivem em meio a um sentimento constante de perplexidade, já que as formas de compreender a epistemologia, a ontologia e a antropologia enfrentam um impasse de inexplicabilidade. Como pensar de forma racional um mundo cada vez mais rico e desenvolvido que convive com a mais antiga das tragédias da humanidade: a fome? Quão racional é a discrepância entre as tecnologias de comunicação e interação virtual e a solidão, carência e depressão que afetam os homens? Ou, ainda, como compreender a incapacidade das áreas científicas e industriais na preservação da natureza e na proteção ao meio ambiente?

Esses paradoxos da modernidade apontam para uma crise teórico-paradigmática. As concepções acerca do ser, do conhecer e do homem construídas durante a modernidade já não atendem de forma plena aos anseios da vida presente. Há impasses no mundo hodierno que, em certa medida, estão fora deste paradigma. Se tomarmos como exemplo a forma de organização familiar, como pensar as relações homossexuais, fertilização *in vitro*, barriga de aluguel, tendo como paradigma a família como organização nuclear heterossexual e monogâmica? Além disso, é preciso considerar que as ciências e os saberes construídos pelo paradigma por vezes entram em conflito com as concepções do próprio paradigma, como ocorre no caso da teoria da relatividade.

Enfim, o momento de perplexidade que a sociedade contemporânea atravessa coloca em evidência as dificuldades da reflexão acerca das transformações paradigmáticas. Estaria ela mergulhada num período de crise teórica interna ou vivendo uma ruptura definitiva? Trata-se do alvorecer ou do entardecer de um novo paradigma para a humanidade?

As compreensões neste sentido são plurais e seria importante que se desenvolvesse um estudo aprofundado para pensar não só os marcos do início da modernidade, mas também as diferentes perspectivas que pretendem analisar a contemporaneidade e as possibilidades de um novo paradigma. Somente a título de citação, pode-se pensar, por exemplo, o modelo de hipermodernidade de Gilles Lipovetsky³³, baseado na intensificação dos postulados da modernidade: o mercado, o indivíduo e a escalada técnico científico ou a proposta pós-moderna de Boaventura

³³ LIPOVETSKY, Gilles. *Les temps hypermodernes*. França: Grasset, 2004.

de Sousa Santos³⁴ de que o paradigma moderno vive uma crise de degenerescência definitiva ou, tal como exposto anteriormente, a perspectiva neomoderna defendida por Rouanet.

A intenção deste artigo foi justamente despertar a atenção para a multiplicidade de possibilidades de análises do curso da história e do desenvolvimento das formas de entendimento e apreensão do mundo. Assim, tendo sido realizada uma análise dos marcos iniciais da modernidade a partir de um recorte teórico focado em quatro autores – Marx, Arendt, Berman e Rouanet – fica o desafio da realização de um exercício de historicização dos problemas paradigmáticos contemporâneos.

³⁴ SANTOS, Boaventura de Sousa. *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Lisboa: Afrontamento, 1989.